



O Estado de S. Paulo – 16 Out 2003

Parcerias para investir

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, apresentou, em São Paulo, o esquema das Parcerias Público-Privadas (PPP), mais um componente de sua estratégia para estimular investimentos em setores de infraestrutura. Há bons argumentos a favor dessa política. O setor público não tem dinheiro para a maior parte das grandes obras de saneamento, rodovias, ferrovias, telecomunicações e energia elétrica. Além disso, o governo poderá atender mais facilmente a objetivos sociais e estratégicos importantes, se o setor privado cuidar de uma parcela maior dos serviços de utilidade pública.

Justifica-se, portanto, aperfeiçoar e levar adiante uma orientação implantada nos anos 90 e mantida, numa demonstração de realismo, pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O novo governo dispõe, para começar, das lições de sucesso e de insucesso da experiência de seu antecessor.

Regras claras, previsibilidade e segurança quanto aos contratos são condições essenciais para a atração de capitais e para a boa divisão de custos e benefícios entre as partes envolvidas - o investidor privado, o poder público e o consumidor. O ministro do Planejamento apresentou os mecanismos de segurança dos contratos de parceria, numa reunião com empresários de vários setores, e a reação, de modo geral, foi positiva.

O esboço de projeto de lei preparado pelo ministério define condições de remuneração do investimento e estabelece, na gestão orçamentária, prioridade de pagamentos para as empresas participantes desses contratos. A preocupação com a segurança econômica do investidor é importante, mas ainda será preciso discutir os detalhes do projeto que será enviado ao Congresso. Será preciso definir condições de segurança que estimulem o investimento, mas que não tornem o negócio totalmente isento de risco para o investidor. Não basta evitar os erros do passado - por exemplo, na fixação das cláusulas de reajuste de tarifas. É preciso evitar outras formas de desequilíbrio, que onerem o consumidor ou que imponham obrigações excessivas ao Tesouro.

O governo, de toda forma, está na direção certa, quando se dispõe a mobilizar o setor privado para investir em projetos econômica e socialmente importantes. Os investimentos em infra-estrutura são especialmente relevantes para o crescimento da economia, porque podem contribuir para a redução de custos e para o aumento da competitividade - se as tarifas forem fixadas de forma adequada.

Mas a segurança necessária ao investidor inclui também o chamado marco regulatório. O governo federal está empenhado em rever e completar a regulação de uma dúzia de setores. Embora a revisão, em alguns casos, seja muito limitada, é preciso que essa tarefa seja cumprida com rapidez, para que os investidores tenham as informações necessárias às suas decisões. No caso da eletricidade, por exemplo, mais importantes que o esquema de parcerias são as regras do novo modelo do setor, segundo o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Cláudio Salles. **No entanto, mesmo dentro do governo federal há divergências quanto ao modelo que o Ministério de Minas e Energia está elaborando.**

Além disso, a orientação do governo quanto ao futuro das agências reguladoras permanece, para dizer o mínimo, indefinida. Um relatório interministerial divulgado na semana passada aponta na direção do fortalecimento e do aperfeiçoamento das normas em vigor até agora. Essas normas atribuem mandato aos diretores e criam condições para que as agências operem com certa independência das pressões político-partidárias e das conveniências políticas de curto prazo. Dois projetos apresentados pelo Executivo, no entanto, estabelecem exatamente o oposto e contribuirão, se aprovados, para esvaziar as agências e subordinar a gestão das políticas setoriais, de novo, às oscilações das conveniências de quem estiver no Poder. Se insistir nesse erro, o governo porá em risco o esquema das parcerias.